

## A SOCIOLINGUÍSTICA E OS PROBLEMAS LINGUÍSTICOS DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Joshua A. Fishman\*

Tradução<sup>1</sup>

Tradução: Leonardo Alves<sup>2</sup>

Revisão: Cristine G. Severo<sup>3</sup>

### O que é sociolinguística e por quê?

O interesse pela sociologia da linguagem remonta há muito tempo, certamente aos mestres franceses, alemães, italianos e britânicos da sociologia e filosofia social dos séculos XVIII e XIX. No entanto, uma busca mais atenta facilmente nos levaria muito mais longe, bem como a partes mais distantes do globo. A Cristandade Medieval, Renascentista e da Reforma, o Islã antigo e posterior, os períodos Talmúdico e Responsa do Judaísmo, a Grécia e Roma antigas, a Pérsia, a Índia e a China, todos produziram pensadores, alguns cujas preocupações eram reconhecidamente sociolinguísticas. No entanto, a sociolinguística moderna dos últimos dez anos não é a herdeira direta de nenhuma dessas ou de outras tradições mais antigas, mas é vista, mais precisamente, como um subproduto dos desenvolvimentos muito recentes e ainda em curso em suas duas disciplinas parentais, a linguística e a sociologia. Acredito ser justo admitir que o interesse mais forte e claro veio da linguística, tanto como resultado de suas preocupações sincrônicas recentemente mais sofisticadas (ou seja, não históricas), quanto de sua resposta crescente (e cada vez mais confortável) às demandas aplicadas.

Muitos outros linguistas têm se preocupado com variações que antes eram consideradas como supostamente não sistemáticas e de pouco valor científico. Essas variações têm sido cada vez mais entendidas como não sendo “livres” ou não sistemáticas, mas, sim, como relacionadas

---

<sup>1</sup> Tradução autorizada para o texto “Socio-linguistics and the language problems of the developing countries”, de Joshua A. Fishman (1968). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000024221>. Acesso em: 28 ago. 2024.

<sup>2</sup> Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e mestrando em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Linguísticas Críticas e Direitos Linguísticos (PoLiTicas) e do Grupo Temático Geopolíticas do Multilinguismo da Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo (UCLPM). Suas pesquisas concentram-se em política linguística, relações entre língua e poder, institutos culturais de promoção de idiomas, multilinguismo brasileiro e línguas de imigração.

<sup>3</sup> Docente da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e ao Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). É pesquisadora de produtividade em pesquisa do CNPq. Lidera o grupo de pesquisa Políticas Linguísticas Críticas e Direitos Linguísticos (PoLiTicas). Atua nas áreas de políticas e direitos linguísticos, linguística colonial e história sociopolítica do português brasileiro.

às normas intragrupoais (comunidade de fala) de contextos comportamentais linguísticos internacionais (situacionais) face-a-face ou de contextos mais amplos de comportamentos linguísticos (Ervin-Tripp, 1964; Fischer, 1958; Gumperz, 1964; Hymes, 1962; Labov, 1964). A linguística descobriu (ou redescobriu para fins sincrônicos) o princípio da co-territorialidade, ou seja, o fato de que uma mesma população geralmente controla diversas variedades completamente sistemáticas (sejam registros, dialetos ou línguas), sendo que essas variedades podem influenciar umas às outras de forma bastante sistemática também (Blanc, 1964; Ferguson, 1959; Ferguson e Gumperz, 1960; Gumperz, 1966; Haugen, 1966; Kachru, 1965).

A descoberta acima torna muitos linguistas melhor preparados para lidar com problemas de alfabetização, problemas de falas não padrão (dialetos), problemas de aprendizado de uma segunda língua na sociedade, e problemas de planejamento e de políticas linguísticas. Cada um desses, por sua vez, é afetado pela compreensão de que as comunidades de fala possuem um repertório de variedades, cada qual mantendo seus propósitos separados e sistemáticos, embora esse mesmo repertório possa ser expandido para lidar com novos interesses, oportunidades ou preocupações, seja de toda a comunidade, seja de redes internas.

A sociologia também contribuiu para a (e se beneficiou da) nova sociolinguística. Inicialmente, o interesse em linguagem era maior entre um número de sociólogos preocupados com a relação entre transformações na identificação intragrupoal, por um lado, e relações intergrupais, por outro. À medida que os agregados humanos passam a se ver de forma diferente (ou seja, à medida que a sua consciência de grupo muda em termos de conteúdo e relevância), suas relações com seus vizinhos também mudam. Essas mudanças, embora longe de serem idênticas, são perceptíveis em vários grupos: funcionários públicos internacionais e outras elites extraterritoriais (Useem, 1967), populações urbanas empobrecidas e deslocadas de origem rural recentes (Fishman, 1964), populações que se deslocam de áreas limitadas (tribais) para identificações maiores (nacionais) (Fishman, 1965b), populações de classe trabalhadora que lutam contra a dominação econômica e cultural daqueles que controlam a tecnologia e a alta cultura (Liebersohn, 1965), e grupos delinquentes ou párias que buscam autoafirmação e diferenciação da sociedade (Savitz, 1966). Todos esses agrupamentos carregam efeitos visíveis nas línguas e nas visões e comportamentos relacionados à linguagem das populações envolvidas. Assim, alguns sociólogos tornaram-se sensivelmente conscientes da linguagem como uma pista para a mudança e desenvolvimento social e, além disso, conscientes da linguagem como uma área ou objeto de mudança e desenvolvimento social *per se* (Bernstein, 1958; Bidwell, 1962; Das Gupta e Gumperz, 1968; Fishman, 1965a; Fishman, 1967; Gallagher, 1964; Grimshaw, 1966; Harrison, 1960; Hunt, 1966; Paden, 1968; Passin, 1963; Van den Berghe, 1968; Zima, 1968).

Recentemente, outra vertente próxima da sociologia demonstrou interesse ainda mais central na linguagem, nomeadamente, aquela preocupada com a interação em pequenas redes, com os fundamentos da vida cotidiana e com as compreensões detalhadas nas quais essa vida se baseia. Considerando que grande parte das enunciações humanas são ambíguas e incompletas, para dizer o mínimo, quais regularidades contextuais e linguísticas são utilizadas para chegar a uma alta proporção de interpretações significativas e consensuais que são obtidas? Essa vertente da sociolinguística sociológica ainda está em sua infância, mas está se desenvolvendo com grande impulso teórico e metodológico (Garfinkel, 1964; Lennard, 1960; Rose, 1964; Sacks, 1963; Schegloff, 1968) e será cada vez mais reconhecida nos próximos anos. Se essa vertente de microprocessos será ou não organicamente relacionada à vertente de macroprocessos (e macroestruturas) mencionadas anteriormente, ainda resta saber.

Deveria ser óbvio, a partir de tudo o que foi mencionado, que a sociolinguística como um todo (o estudo da relação entre o repertório linguístico e sua extensão,

compartimentalização e fluidez, por um lado, e o repertório de papéis sociais e sua extensão, compartimentalização e fluidez dentro das comunidades de fala, por outro lado) não está de forma alguma preocupada exclusivamente com os problemas linguísticos dos países em desenvolvimento. O que se segue, portanto, não é uma revisão imparcial da sociolinguística como um todo, mas sim uma tentativa de focar apenas em um aspecto dela.

Essa tentativa não deve ser iniciada, no entanto, sem enfatizar o fato de que entre aqueles que se autodenominam sociolinguistas há uma forte convicção de que seu campo está agora fazendo e continuará a fazer importantes contribuições para ambos os campos parentais (linguística e sociologia). No entanto, a divisão anterior entre linguistas e sociólogos e, mais ainda, a divisão entre interesses linguísticos e sociológicos, é algo arbitrário e provavelmente se tornará ainda mais. À medida que o tempo passa, alguns sociolinguistas tendem a se definir como tal, em vez de linguistas ou sociólogos. Os tópicos aos quais dedicaram sua atenção revelam uma dependência crescente ou influência da “outra” disciplina, ou seja, o campo ou campos diferentes daquele em que obtiveram sua própria formação inicial. Não está claro até que ponto essa tendência irá. Certamente, existem muitas forças tradicionais na vida acadêmica que tenderão a impedir que isso prossiga. No entanto, há um amplo acordo dentro da sociolinguística de que a verdadeira promessa do campo será realizada apenas se alguma forma de promover o trabalho e o pensamento verdadeiramente interdisciplinares for encontrada.

Por outro lado, também há uma considerável consciência de que o campo como um todo enfrenta sérios problemas de formação, sistematização teórica, verificação empírica e implementação aplicada. Embora as páginas seguintes tentem focar apenas na sociolinguística e nos problemas linguísticos dos países em desenvolvimento, espera-se que, ao fazê-lo, algumas das implicações mais amplas e problemas mais gerais da sociolinguística também sejam abordados.

### **O componente linguístico dos problemas das nações em desenvolvimento**

Os problemas das nações em desenvolvimento diferem principalmente em grau, ao invés de tipo, daqueles de outras nações, pois poucas nações, se houver alguma, estão completamente estabilizadas, unificadas e legitimadas. No entanto, precisamente porque certas nações estão em um estágio recente de desenvolvimento, os problemas e processos de construção nacional são mais aparentes, e suas transformações mais discerníveis para o pesquisador. Como resultado, as nações em desenvolvimento (novas nações) passaram a despertar grande interesse tanto para os sociolinguistas interessados nas transformações da identidade dos grupos, quanto para aqueles interessados no impacto social (governamental e outros) do comportamento relacionado à língua e na própria língua.

Um problema generalizado das novas nações é que suas fronteiras políticas correspondem de maneira bastante imperfeita a qualquer unidade étnico-cultural preexistente. Se isso era verdadeiro para as novas nações do Leste Europeu após o término da Primeira Guerra Mundial – ainda que elas tivessem décadas, senão séculos, de atividade nacionalista e étnico-cultural que levou a um alto grau de consolidação e integração cultural antes da conquista da nacionalidade (Rustow, 1968) –, também é verdadeiro para as novas nações da África, onde a independência política comumente foi alcançada muito antes de tal unificação em torno de um conjunto comum de comportamentos e mitos “nacionais”. Na ausência de uma identidade étnico-cultural nacional comum, as novas nações seguem para planejá-la e criá-la por meio de símbolos nacionais que podem levar à mobilização e ao envolvimento comuns, às custas das particularidades étnico-culturais preexistentes (Almond e Verba, 1963; Bell e Bell,

1964; Bidwell, 1962; Fallers, 1961; Geertz, 1963; Hunt, 1966; Marriott, 1963; Moscos e Bell, 1965; Whitely, 1957). É nesse ponto que uma língua nacional é frequentemente invocada (juntamente com uma bandeira nacional, um governante nacional, uma missão nacional, etc.) como símbolo unificador. É também nesse ponto que as contrapartes locais desses símbolos nacionais podem ser desenvolvidas entre populações que nunca os idealizaram antes (Greenberg, 1965; Harrison, 1960; Rustow, 1968). Assim, a língua se tornou um símbolo de identificação étnico-cultural supra-local, ou seja, de identificação étnico-cultural no nível nacional (portanto: nacionalismo), assim como se tornou um símbolo de identificação étnico-cultural contra-nacional por parte de grupos menores que, resistindo à fusão em uma nacionalidade maior, desenvolveram uma consciência de nacionalidade particular (Haugen, 1959).

É nesse processo de integração consciente (e, em contrarreação a isso, de diferenciação consciente) que línguas anteriormente locais ou línguas de populações ou funções restritas são elevadas a símbolos nacionais e unificadores (por exemplo, o suaíli, o hindustani), frequentemente sendo diferenciadas de línguas ou variedades com as quais estiveram em contato por muito tempo (por exemplo, africâner *vs.* holandês, hindi *vs.* urdu, landsmaal *vs.* riksmaal, iídiche *vs.* alemão, ucraniano *vs.* russo, macedônio *vs.* búlgaro, etc.; para o caso geral, consulte Kloss, 1952; Read, 1964). Essas línguas estão relacionadas a heróis nacionais, valores nacionais, missões nacionais e, em última instância, à sacralidade do Estado e da ordem moral em si. Assim, a ideologização das línguas, que permite a elas desempenharem papéis desejados na mobilização e unificação simbólicas, também leva ao desenvolvimento dessas línguas *per se* em instrumentos adequados de governo, tecnologia e alta cultura (Auty, 1953; Guxman, 1968; Nahirny e Fishman, 1965; Weinreich, 1953; Whitely, 1968; Wurm, 1966).

Assim chegamos ao segundo grande conjunto de problemas das nações em desenvolvimento, nomeadamente aqueles que giram mais em torno da eficiência e instrumentalidade do que da autenticidade. Nacionalismos bem-sucedidos finalmente criam um senso de unidade étnico-cultural e de envolvimento ou comprometimento dentro dos limites geográficos de suas nações, mas isso leva tempo e, frequentemente, também demanda força (como exemplificado pela falta de plena unidade étnico-cultural em polos bem estabelecidos como Grã-Bretanha, França, Espanha, etc.). Até que tal unidade seja estabelecida (e certamente também quando tal unidade orgânica não é – ou não é mais – buscada, como na Bélgica, Suíça, Índia, etc.), a nação deve continuar a funcionar, deve continuar a se proteger de oponentes externos e internos, e deve continuar a atender às necessidades dos seus cidadãos no que diz respeito à facilitação da comunicação e à condução do comércio, indústria, educação e todas as outras atividades sociais organizadas.

Mais uma vez, então, e desta vez em busca da eficiência do “nacionismo”<sup>4</sup>, as novas nações devem enfrentar problemas linguísticos (Fishman, 1968). A necessidade de uma unidade étnico-cultural mais ampla pode apontar para a defesa a longo prazo de um determinado idioma como língua nacional. No entanto, as necessidades operacionais imediatas do governo, da educação e da indústria em todas as regiões do país podem exigir o reconhecimento a curto prazo de múltiplas línguas que se afastam do objetivo de longo prazo de criar uma nova autenticidade supra-local. Assim, algumas nações recorreram à conveniência de reconhecer várias línguas locais como permitidas para serem usadas na educação inicial (por exemplo, de 1º a 3º ou até 6º

---

<sup>4</sup> Fishman usa os dois substantivos: “nacionalismo” e “nacionismo”. A diferença entre “nacionalismo” e “nacionismo” é que o primeiro se refere ao patriotismo, à ideia de apoiar o próprio país e cultura, enquanto o segundo se refere às preocupações práticas de administrar uma nação, especialmente vistas como isoladas das crenças emocionais sobre identidade nacional. N.T.

anos), enquanto a língua nacional preferida é mantida para a educação intermediária, e uma língua não indígena de importância internacional é mantida (pelo menos temporariamente) para atividades governamentais e de ensino superior (Armstrong, 1968; Friedrich, 1962; Gallagher, 1964; Le Page, 1964; Passin, 1963; Ramos, 1961; Whitely, 1968). Se tal padrão promove ou mantém estabilidade suficiente, políticas linguísticas podem ser postas em prática para desenvolver a língua preferida de modo a permitir que ela sucessivamente substitua a língua de comunicação mais ampla acima dela (por exemplo, o crescente deslocamento do inglês nas Filipinas e na Índia), e, em um estágio posterior, substituir as línguas de comunicação mais restritas abaixo dela. Tal deslocamento não apenas requer planejamento educacional, político e social cuidadoso (pois promove a coocorrência de identidades que podem se tornar resistentes ao deslocamento ou à contenção), mas também requer planejamento linguístico concomitante de forma muito cuidadosa e afinada. Assim, uma política linguística bem-sucedida focada no *nacionismo* também ajuda, em última instância, a formar o novo nacionalismo, assim como uma política linguística bem-sucedida focada no nacionalismo também ajuda a formar e manter a nova nação.

O esboço acima da componente linguística no crescimento do nacionalismo, por um lado, e no crescimento do *nacionismo*, por outro, é uma reconstrução altamente teórica baseada mais em suposições, extrapolações e observações parciais do que em um estudo sistemático e comparativo. A verdade do assunto é que a sociolinguística (ainda) não esteve intimamente ou diretamente envolvida na vasta quantidade de trabalhos acadêmicos recentes (e em curso) sobre as nações em desenvolvimento, nas áreas de sociologia, economia, ciência política, educação e outras. Poucos dos centros de estudos da área especializados em África, Ásia ou América Latina têm atraído estudiosos dedicados à sociolinguística e, mesmo onde isso tem sido feito, muito pouco interesse tem sido demonstrado nas transformações da sociedade e da linguagem em grande escala, diferentemente das “orientações sociolinguísticas”, mas, de outra forma, definitivamente voltadas para empreendimentos linguísticos.

Os volumes recentes de grande porte sobre as nações em desenvolvimento têm dedicado pouca atenção à linguagem (para uma bem-vinda exceção, ver Passin, 1963). Os poucos volumes recentes sobre problemas de linguagem das nações em desenvolvimento têm sido desprovidos de expertise em ciências sociais (Anon., 1963, 1965, 1966; LePage, 1964; Spencer, 1963). No Congresso de 1966 da Associação Internacional de Sociologia (Évian, França), apenas dois artigos focados em linguagem foram apresentados nas várias sessões dedicadas às novas nações. Uma tentativa mais recente (novembro de 1966) do Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais dos Estados Unidos de reunir linguistas e cientistas sociais por três dias para discutir essa área de interesse conjunto foi apenas moderadamente bem-sucedida, principalmente devido à ausência de participação significativa das ciências sociais, mas também devido à inexperiência dos linguistas presentes em relação à teoria das ciências sociais e às descobertas acadêmicas sobre as nações em desenvolvimento e a caracterização de nação em geral. Em uma conferência internacional ainda mais recente (dezembro de 1966) sobre pesquisa psicológica social em países em desenvolvimento (Ibadã, Nigéria), houve um interesse substancial pela linguagem, mas apenas um pesquisador planejando estudar seu papel social. Como resultado, embora muito se suspeite e seja parcialmente compreendido sobre o papel da linguagem no nacionalismo (Deutsch, 1953) e no *nacionismo*, muito pouco se sabe com certeza, e muito pouco que possa ser claramente utilizado como base para políticas linguísticas.

Tudo isso é extremamente lamentável, pois não apenas as novas nações são assoladas por problemas que estão claramente relacionados à linguagem, mas também as primeiras etapas desses problemas são as mais fugazes e as mais difíceis de reconstruir por meio de análises

arquivísticas ou de laboratório. Além disso, embora as novas nações estejam imersas em um mar revolto de mudanças sociais, há pouca pesquisa em andamento relacionada à língua, às transmutações e elaborações da etnicidade, ao desenvolvimento da identificação com a nacionalidade e com a nação, ao ressurgimento da tradição em certos comportamentos (por exemplo, em vestimentas, práticas de nomeação e observâncias religiosas) paralelamente ao crescimento da modernidade nas esferas ocupacional, educacional e governamental, ao impacto das grandes tradições anteriormente existentes, à aceitação de identificações mais modernas e amplas, à reestruturação das hierarquias de valores tradicionais em relação à sua desintegração, às contrapartes biculturais da diglossia, etc.

Todos os tópicos acima são claramente relacionáveis à linguagem, mas não podem ser estudados como tal pela maioria dos sociolinguistas de hoje (sem mencionar a maioria dos sociólogos ou linguistas). Tópicos como esses exigem a colaboração próxima e a integração de disciplinas que ainda estão muito raramente em contato sério entre si. Idealmente, exigem muito mais do que uma pesquisa multidisciplinar, mas, sim, a preparação de pesquisadores que sejam interdisciplinares e que, portanto, possam abordar questões nessa área em termos de uma orientação total para o problema, do que em termos de interesses e habilidades estabelecidos pela disciplina. Problemas como os mencionados realmente exigem sociolinguistas em vez de sociólogos ou linguistas meramente “orientados para a sociolinguística”.

### O componente social dos problemas das línguas em desenvolvimento

As línguas em desenvolvimento (ou seja, línguas passando pelas maiores e mais rápidas mudanças nas funções sociais e, portanto, mais expostas a mudanças substanciais planejadas e não planejadas) e os países em desenvolvimento não mantêm uma relação completamente isomórfica entre si. Além disso, as línguas em desenvolvimento não revelam problemas ou processos que são realmente descontínuos com aqueles de outras línguas mais aceitas ou melhor estabelecidas. As nações em desenvolvimento tendem a apresentar os melhores e mais numerosos laboratórios para o estudo de línguas em desenvolvimento e, por essa razão, devem ser de interesse ao sociolinguista. As línguas passam por desenvolvimento quando suas funções sofrem uma expansão real ou antecipatória como resultado da expansão dos repertórios (mais uma vez, reais ou antecipatórios) daqueles para quem essas línguas se tornaram muito simbólicas de pertencimento a um grupo e dos objetivos desse grupo, impedindo de serem facilmente substituídas. Tal expansão e elaboração simbólica das línguas têm ocorrido, nos últimos anos, com mais frequência nos países em desenvolvimento.

Tanto o *nacionismo* quanto o nacionalismo estão preocupados com a escolha da língua (seleção), mas de maneira bastante diferente. Para o nacionalista, a língua representa a continuidade de uma grande tradição, com todas as suas elaborações simbólicas em termos de valores e metas ideologizadas. A seleção da língua, portanto, representa um triunfo sobre outras tradições e metas supostamente menores. Os nacionalismos não precisam ponderar sobre a escolha da língua, uma vez que cada nacionalismo é aparentemente irrevogável e naturalmente comprometido nessa conexão. Assim, os nacionalismos buscam o reforço e a manutenção da língua, ao invés da seleção em si. Para o *nacionista*, no entanto, a escolha da língua é uma questão de eficácia calculada, de facilidade de comunicação e de eficiência operacional (Fishman, 1966b). As línguas rivais são consideradas por aquilo que podem contribuir em termos da força funcional da nação. O *nacionista* pode concluir que quanto menos línguas, melhor, e quanto menos oposição a elas, melhor. Assim, a escolha da língua pode muito bem

surgir como resultado dessas duas considerações frequentemente contraditórias. O *nacionismo* tem mais grau inicial de liberdade em relação à escolha da língua do que o nacionalismo. No entanto, o *nacionismo* também tende a se limitar à questão da linguagem, uma vez que mesmo as soluções nacionalistas iniciais desencadeiam forças que logo geram objetivos inflexíveis de manutenção e reforço da língua.

Seja a seleção linguística evoluindo principalmente a partir de considerações nacionalistas ou de *naconistas*, ou, como é mais comum, seja a combinação de ambas, a engenharia do consentimento ou aceitação é necessária. Sem tal aceitação, a seleção da língua pode sofrer resistência ou ser sabotada. Os veículos de aceitação são muitos: censos linguísticos (frequentemente manipulados), escolas subsidiadas para crianças e aulas para adultos; publicações gratuitas e materiais audiovisuais; sociedades linguísticas com filiais nacionais, regionais e locais; exames e concursos que concedem recompensas honoríficas ou mais tangíveis; institutos de tradução para converter literatura mundial para a língua selecionada, etc. (veja, por exemplo, Anon., 1965, 1966; Das Gupta e Gumperz, 1968; Haugen, 1966a).

Muitos dos exemplos mencionados acima implicam que, no processo de conquistar amigos e influenciar pessoas em prol de uma língua específica, a própria língua geralmente é enriquecida (ou pelo menos alterada) de uma forma ou de outra. Este é, de fato, um caso que vale a pena estudar, pois se sabe muito pouco sobre isso.

As línguas ocidentais, mesmo aquelas que têm considerável proeminência internacional, estão constantemente passando por elaboração (em resposta às crescentes e mutáveis atividades tecnológicas, científicas e culturais de certas redes de usuários dessas línguas). Da mesma forma, as línguas ocidentais estão constantemente passando por recodificação, via dicionários, gramáticas e manuais de uso, por meio dos quais os esforços multifocais de elaboração são avaliados e consolidados (Guxman, 1968b). Tais processos de elaboração e codificação são ainda mais necessários (e perceptíveis) em novas nações nas quais uma língua indígena foi selecionada para alguma função além daquelas com as quais ela até então estava associada. Inevitavelmente, surgem agências, institutos e sociedades oficiais, semioficiais e não oficiais que preparam e distribuem ortografias, listas de palavras e gramáticas (bem como materiais de ensino e aprendizagem relacionados). Esses instrumentos agentes e linguísticos frequentemente revelam sérias discordâncias (ou as provocam) diante de diferentes posturas adotadas com relação a algumas questões básicas (Berry, 1958; Ferguson, 1968; Garvin, 1959; Heyd, 1954; Lunt, 1959; Mills, 1956; Pietrzyk, 1965; Ray, 1963).

Onde a língua em elaboração ou codificação tem carecido de uma variedade padrão geralmente aceita, os esforços de elaboração/codificação podem discordar *ab initio* quanto a qual variedade deve ser selecionada. A seleção para elaboração/codificação é normalmente orientada por considerações como: número de falantes (embora, às vezes, se defenda uma variedade falada por relativamente poucos com base no argumento de que não está envolvida nas amargas rivalidades tradicionais às quais variedades mais difundidas se vinculam), associação com uma grande tradição, associação atual com grandes tendências sociais (urbanização, cristianização, etc.), maior pureza no sentido de menos influências de variedades ou línguas consideradas indesejáveis ou, inversamente, maior semelhança com outras variedades ou línguas altamente conceituadas, e, por último, uma posição intermediária em relação a variedades excessivamente puras e excessivamente indistinguíveis. Dependendo da seleção inicial baseada em considerações (e posições carregadas de valor) como as acima, os produtos finais dos esforços subsequentes de elaboração/codificação podem obviamente diferir amplamente em ortografia, fonologia, léxico e gramática.

Considerando o número de instâncias em que a seleção, elaboração e codificação de línguas em desenvolvimento ocorreram durante o último século, temos surpreendentemente poucos estudos de caso completos desses processos, ainda menos que os relacionem com os desenvolvimentos sociais contínuos com os quais eles coocorreram (há alguns, por exemplo, Clough, 1930; Haugen, 1966a), e ainda menos que tentem fazê-lo de forma comparativa ou contrastiva, de modo que parâmetros generalizáveis possam ser formulados e sua significância relativa possa ser estimada (talvez apenas Guxman, 1968a e, em menor medida, Haugen, 1966b). Enquanto temos muitas listas de novas palavras (e novas formas) na língua X, sabemos quase nada sobre como as academias de línguas operam, como os governos revisam e implementam as recomendações de tais academias, como as sociedades linguísticas popularizam e defendem as recomendações e decisões de academias e governos, ou como academias e sociedades rivais se confrontam e buscam influenciar governos e populações de acordo com suas próprias preferências. Estamos particularmente limitados com relação a qualquer abordagem sistemática guiada por teoria social para entender por que certas tentativas de seleção, elaboração e codificação têm sucesso (ou seja, por que são aceitas pelas populações-alvo desejadas), enquanto outras falham (Morag, 1959).

Há poucos trabalhos sobre questões relacionadas ao componente social dos problemas das línguas em desenvolvimento conduzidos nos Estados Unidos atualmente (ver Ferguson, 1962; Ferguson, 1966; Haugen, 1966a). Os atuais centros de estudo de línguas exóticas, em situação crítica ou menos comumente ensinadas (a maioria delas sendo línguas em desenvolvimento de acordo com nossa definição, embora provavelmente nem todas as línguas em desenvolvimento estejam, até o momento, sendo ensinadas nos Estados Unidos) não têm voltado sua atenção para questões como essas. Um estudo do componente social das línguas em desenvolvimento requer mais do que sofisticação linguística embelezada por curiosidade ou sensibilidade social. Requer uma familiaridade profunda com teorias de mudança social, inovação social e metodologia de pesquisa social. Dada tal familiaridade, as nações em desenvolvimento representam uma gama indispensável e verdadeiramente intrigante de locais de trabalho de campo para uma nova geração de genuínos sociolinguistas, alguns dos quais podem eventualmente se vincular a um ou outro centro de estudo de línguas menos comumente ensinadas (ou centro de língua e área de estudos), desde que tais centros se disponham a expandir seu atual apreço limitado pela relação entre desenvolvimento social e desenvolvimento linguístico.

### **Possíveis contribuições para outras áreas temáticas**

Há várias implicações da pesquisa sociolinguística em geral e particularmente daquela sobre os problemas linguísticos de nações em desenvolvimento para outros tópicos relacionados à língua. O ensino de línguas deveria algum dia estar pronto para abandonar seu apego ao mito de línguas totalmente separadas e invariáveis e, quando o fizer, achará útil a preocupação sociolinguística com variedades situacional e funcionalmente definidas. O ensino de línguas nativas, bem como estrangeiras, deveria se beneficiar do conceito de uma comunidade de fala com seu repertório de variedades, de modo que a adequação comunicativa não seja definida apenas linguisticamente, mas também em termos de interlocutores, situações, interações e ênfases. O contato entre a sociolinguística e o ensino de línguas está apenas começando (Gumperz, 1965, 1967; Stewart, 1964) e deve se fortalecer com o passar do tempo.

A crescente preocupação com os problemas linguísticos dos falantes desfavorecidos de

variedades não padrão representa outra área de interação crescente com a sociolinguística. A língua dos afro-americanos e porto-riquenhos de classe baixa nos Estados Unidos já começou a ser vista como reveladora de diversas variedades, ao longo de uma escala de intimidade-distância, diferenciando-se perceptivelmente na medida em que são usadas com facilidade durante e após a adolescência (Labov, 1966a; Stewart, 1965). Algumas dessas variedades já foram identificadas como marcadores de lealdade intragrupo, de modo que os impedimentos existentes e a ativação de variedades mais padrão não são apenas fenômenos estruturais, mas também funcional e ideologicamente motivados (Labov, 1965; Fishman, 1965). A tarefa do educador em conexão com o repertório verbal de grupos desfavorecidos tem sido descrita como sendo de expansão do repertório em paralelo à expansão do papel (Bernstein, 1966; Friedman; Hannerz, 1966; Gordon, 1966; Labov, 1966b). Em geral, os problemas das populações desfavorecidas devem ser vistos em uma perspectiva mais ampla, se considerados em relação ao contexto das diferenças linguísticas co-territoriais de forma mais geral, e do planejamento de mudanças linguísticas em particular. A longa experiência de outros países de lidar com diferenças dialetais entre casa-escola de uma forma significativa (por exemplo, na Inglaterra, Alemanha, Itália, etc.) pode ser esclarecedora, pelo menos para indicar mais claramente a diferença entre esses casos e o dos afro-americanos. No geral, tem havido sinais abundantes do valor potencial da sociolinguística para o estudo dos problemas linguísticos das populações em desenvolvimento nos Estados Unidos, bem como no exterior – o Estudo da Linguagem Urbana do Centro de Linguística Aplicada, o trabalho de Labov, a conferência convocada pelo Conselho Nacional de Professores de Inglês (Shuy, 1965) e as conferências convocadas pelo Projeto Beacon da Universidade Yeshiva (Gordon, 1966).

### Métodos de pesquisa sociolinguística

Os estudos citados até agora utilizam uma variedade de métodos de pesquisa. Os dados linguísticos (ou seja, os dados do próprio comportamento linguístico, distinto dos dados do comportamento em relação à língua) têm sido tradicionalmente obtidos por procedimentos de elicitación, desenvolvidos por linguistas treinados para trabalhar com informantes. Esses procedimentos permitem que os linguistas derivem a fonologia e a gramática básicas de uma língua com base em análises de discussões prolongadas, livres e controladas, gravadas em fita com alguns falantes dessa língua. Linguistas orientados sociolinguisticamente complementam ou substituem os métodos de elicitación tradicionais (que normalmente revelam apenas as variedades faladas mais formais de uma língua) por observação participante e abordagens experimentais. Essas tentativas visam revelar todo o repertório de variedades disponíveis para os membros de uma comunidade de fala variando (a) o contexto da fala e (b) as características dos próprios falantes. Assim, membros mais velhos e mais jovens, com status e sem status, do sexo masculino e feminino, escolarizados e não escolarizados de uma comunidade de fala serão tomados como amostras de suas variedades de fala íntima, casual, de entrevista (semiformal) e formal, e, ocasionalmente, também em conexão com suas variedades de leitura e escrita. O objetivo dessa abordagem à elicitación da fala, mais elaborada e orientada para as ciências sociais, é ir além da abstração de uma única língua unificada empregada pela linguística tradicional e substituí-la por descrições igualmente rigorosas do repertório completo de variedades utilizadas em qualquer comunidade de fala relativamente complexa.

Da mesma forma, o sociolinguista orientado sociologicamente teve que ir significativamente além de sua abordagem anterior do comportamento linguístico e do comportamento em relação à língua. Dados do censo e todos os outros dados de autorrelato são

considerados indicações significativas de que os falantes estão dispostos ou são capazes de relatar seus usos e atitudes em relação à língua. No entanto, agora existem dados amplos que indicam que o abismo entre o autorrelato e o comportamento linguístico real ou comportamento em relação à língua é frequentemente bastante amplo. Como resultado, o sociolinguista orientado sociologicamente complementa os dados de autorrelato (seja do censo, questionário, entrevista, etc.) com observação participante da variedade etnográfica, experimentação disfarçada, testes estruturados, etc. Essa combinação de métodos não é apenas utilizada para cruzar impressões derivadas de qualquer um dos métodos, mas, mais basicamente, para montar o quadro de quem fala qual variedade para quem e quando.

## Conclusões

Os problemas linguísticos das nações em desenvolvimento apresentam à sociolinguística um campo virtualmente inexaurível e intocado para a exploração de suas hipóteses e preocupações centrais. Os problemas em si requerem atenção interdisciplinar, comparativa, bem como teórica e aplicada. A intensidade desses problemas, sua dificuldade de solução e sua centralidade para diversos interesses importantes de sociólogos, linguistas e cientistas políticos, sem mencionar os sociolinguistas *per se*, demandam uma maior atenção nos próximos anos. Tal atenção pode assumir a forma de maiores esforços de pesquisa que se concentrem nesses problemas em si, em vez de preocupações linguísticas e sociológicas mais tradicionais no contexto de nações em desenvolvimento. De fato, mesmo a pesquisa “orientada sociolinguisticamente” em países em desenvolvimento não é de forma alguma suscetível de abordar com sucesso os problemas de “nacionalismo-nacionismo” ou os “problemas das línguas em desenvolvimento” mencionados neste relatório.

Antes que a quantidade e a qualidade da pesquisa verdadeiramente sociolinguística sobre os problemas linguísticos das nações em desenvolvimento possam ser marcadamente alteradas, as sérias limitações no número e na formação de sociolinguistas devem ser superadas.

## Referências

- Anon. *Multilingualism*. Londres: Commonwealth Conference on the Teaching of English as a Second Language (CCTA), 1963.
- Anon. *The restoration of the Irish language*. Dublin: Government of Ireland, 1965.
- Anon. *White Paper on the Restoration of the Irish Language: progress report for the period ended 31 March, 1966*. Dublin: Department of Finance, Government of Ireland, 1966.
- Almond, G. A.; Verba, S. *The Civic Culture*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1963.
- Armstrong, R. G. Language Policy in West Africa. In: Fishman, J. A.; Ferguson, C. A.; Das Gupta, J. (orgs.). *Language Problems of Developing Nations*. New York: Wiley & Sons, 1968.
- Auty, R. The Evolution of Literary Slovak. *Transactions*, Londres: The Philological Society, 1953. p. 143-160.
- Bell, W.; Bell, O. I. *Decisions of Nationhood*. Denver, Colorado: Social Science Foundation, University of Denver, 1964.

- Bernstein, B. Some Sociological Determinants of Perception. *British Journal of Sociology*, Londres, v. 9, p. 159-174, 1958.
- Bernstein, B. Elaborated and Restricted Codes: an outline. *Sociological Inquiry*, v. 36, n. 2, p. 254-261, 1966.
- Berry, J. The Making of Alphabets. In: *Proceedings of the Eighth International Congress of Linguists*, Oslo: Oslo University Press, 1958.
- Bidwell, C. E. Language, Dialect and Nationality in Yugoslavia. *Human Relations*, Londres, v. 15, p. 217-225, 1962.
- Blanc, H. *Communal Dialects in Baghdad*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1964.
- Clough, S. B. *A History of the Flemish Movement in Belgium*. Nova Iorque: Smith, 1930.
- Das Gupta, J.; Gumperz, J. J. Language, Communication and Control in North India. In: Fishman, J. A.; Ferguson, C. A.; Das Gupta, J. (orgs.). *Language Problems of Developing Nations*. Nova Iorque: Wiley & Sons, 1968.
- Deutsch, K. *Nationalism and Social Communication*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1953.
- Ervin-Tripp, S. M. An Analysis of the Interaction Between Language, Topic and Speaker. *American Anthropologist*, v. 66, n. 6, p. 86-102, 1964.
- Fallers, L. A. Ideology and Culture in Uganda Nationalism. *American Anthropologist*, v. 63, p. 677-686, 1961.
- Ferguson, C. A. Diglossia. *Word*, v. 15, p. 325-340, 1959.
- Ferguson, C. A. The Language Factor in National Development. *Anthropological Linguistics*, v. 4, n. 1, p. 23-27, 1962.
- Ferguson, C. A. National Sociolinguistic Profile Formulas. In: Bright, W. (org.). *Sociolinguistics*. The Hague: Mouton, 1966. p. 309-324.
- Ferguson, C. A. St. Stefan of Perm and Applied Linguistics. In: Fishman, J. A.; Ferguson, C. A.; Das Gupta, J. (orgs.). *Language Problems of Developing Nations*. Nova Iorque: Wiley & Sons, 1968.
- Ferguson, C. A.; Gumperz, J. J. (eds.). Linguistic Diversity in South Asia. *International Journal of American Linguistics*, v. 26, n. 3, 1960. p. 118 (Indiana University, publication 13).
- Fischer, J. L. Social Influences on the Choice of a Linguistic Variant. *Word*, v. 14, p. 47-56, 1958.
- Fishman, J. A. Language Maintenance and Language Shift as Fields of Inquiry. *Linguistics*, v. 9, p. 32-70, 1964.
- Fishman, J. A. Who Speaks What Language to Whom and When? *Linguistique*, v. 2, p. 67-88, 1965.
- Fishman, J. A. Varieties of Ethnicity and Language Consciousness. *Monograph Series on Languages and Linguistics (Georgetown University)*, v. 18, p. 69-79, 1965.
- Fishman, J. A. *Language Loyalty in the United States*. The Hague: Mouton, 1966.
- Fishman, J. A. Some Contrasts Between Linguistically Homogeneous and Linguistically Heterogeneous Polities. *Sociological Inquiry*, v. 36, p. 146-158, 1966.
- Fishman, J. A. Bilingualism With and Without Diglossia; Diglossia With and Without Bilingualism. *Journal of Social Issues*, v. 23, n. 2, p. 29-38, 1967.

- Fishman, J. A. Nationality-Nationalism and Nation-Nationism. In: Fishman, J. A.; Ferguson, C. A.; Das Gupta, J. (orgs.). *Language Problems of Developing Nations*. Nova Iorque: Wiley & Sons, 1968. p. 39-52.
- Friedrich, P. Language and Politics in India. *Daedalus*, v. 91, n. 3, p. 543-559, 1962.
- Friedman, A.; Hannerz, U. Language Development and Socialization: the social context. *Progress Report*. Urban Language Study. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966. (Mimeo.)
- Gallagher, C. F. North African Problems and Prospects. Part III: Language and Identity. *American Universities Field Staff*, North Africa series, v. 10, n. 5, p. 83-104, 1964.
- Garfinkel, H. Studies of the Routine Grounds of Everyday Activities. *Social Problems*, v. 11, p. 225-250, 1964.
- Garvin, P. The Standard Language Problem: concepts and methods. *Anthropological Linguistics*, v. 1, n. 2, p. 28-31, 1959.
- Geertz, C. The Integrative Revolution. In: Geertz, C. (org.). *Old Societies and New States*. Nova Iorque: Free Press, 1963.
- Gordon, E. W. (org.). *Summary of the Proceedings of the First Working Conference on Language Development in Disadvantaged Children, October 20-22, 1965*. Nova Iorque: Yeshiva University, 1966. p. 1-17.
- Greenberg, J. H. Urbanism, Migration and Language. In: Kuper, H. (org.). *Urbanization and Migration in West Africa*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1965.
- Grimshaw, A. D. Directions for Research in Sociolinguistics: suggestions of a non-linguist sociologist. *Sociological Inquiry*, v. 36, p. 319-332, 1966.
- Gumperz, J. J. Linguistic and Social Interaction in Two Communities. *American Anthropologist*, v. 66, n. 6, part 2, p. 137-153, 1964.
- Gumperz, J. J. Linguistic Repertoires, Grammars and Second Language Instruction. *Monograph Series on Languages and Linguistics (Georgetown University)*, v. 18, p. 81-90, 1965.
- Gumperz, J. J. On the Ethnology of Linguistic Change. In: Bright, W. (org.). *Sociolinguistics*. The Hague: Mouton, 1966.
- Gumperz, J. J. On the Linguistic Correlates of Bilingual Communication. *Journal of Social Issues*, v. 23, n. 2, p. 48-57, 1967.
- Guxman, M. *Voprosy formirovaniya i razvitija nacional'nyh jazykov*. Tradução em inglês sendo preparada pelo The Center for Applied Linguistics, Washington, D.C., 1968a.
- Guxman, M. Some General Regularities in the Formation and Development of National Languages. In: Guxman, M. *Voprosy formirovaniya i razvitija nacional'nyh jazykov*. The Hague: Mouton, 1968b. p. 295-307. Reimpresso em: Fishman, J. A. (org.). *Readings in the Sociology of Language*. The Hague: Mouton, 1968.
- Harrison, S. S. *India: the most dangerous decades*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1960.
- Haugen, E. Language Planning in Modern Norway. *Scandinavian Studies*, v. 33, p. 68-81, 1961. (Originalmente, com exemplos textuais adicionados, em *Anthropological Linguistics*, v. 1, n. 3, p. 8-21, 1959.)

Haugen, E. *Language Conflict and Language Planning: the case of modern Norwegian*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1966.

Haugen, E. Linguistics and Language Planning. In: Bright, W. (org.). *Sociolinguistics*. The Hague: Mouton, 1966. p. 50-71.

Heyd, U. *Language Reform in Modern Turkey*. Jerusalém: The Israel Oriental Society, 1954.

Hunt, C. L. Language Choice in a Multilingual Society. *Sociological Inquiry*, v. 36, p. 240-253, 1966.

Hymes, D. H. The Ethnography of Speaking. In: Gladwin, T.; Sturtevant, W. C. (orgs.). *Anthropology and Human Behavior*. Washington, D.C.: Anthropological Society of Washington, 1962. p. 13-53.

Kachru, B. B. Indian English: a study in contextualization. In: Barel, C. E. et al. (orgs.). *In Memory of J. R. Firth*. Londres: Longmans, 1965.

Kloss, H. Der Linguistische und der Sociologische Sprachbegriff: Abstandsprachen und Ausbausprachen. In: Kloss, H. *Die Entwicklung Neuer Germanischer Kultursprachen*. Munique: Pohl, 1952.

Labov, W. Phonological Indices to Social Stratification. *American Anthropologist*, v. 66, n. 6, part 2, p. 164-176, 1964.

Labov, W. *The Social Stratification of English in New York City*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966a.

Labov, W. The Effect of Social Mobility on Linguistic Behavior. *Sociological Inquiry*, v. 36, p. 186-203, 1966b.

Labov, W. et al. *A Preliminary Study of the Structure of English Used by Negro and Puerto Rican Speakers in New York City*. Co-operative Research Project 3091. Nova Iorque: Columbia University, 1965.

Lennard, H. L. *Anatomy of Psychotherapy*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1960.

Lepage, R. B. *The National Language Question*. Londres: Oxford University Press, 1964.

Lieberson, S. Bilingualism in Montreal: a demographic analysis. *American Journal of Sociology*, v. 71, p. 10-25, 1965.

Lunt, H. G. The Creation of Standard Macedonian: some facts and attitudes. *Anthropological Linguistics*, v. 1, n. 5, p. 19-26, 1959.

Marriott, M. Cultural Policy in the New States. In: GEERTZ, C. (org.). *Old Societies and New States*. Nova Iorque: Free Press, 1963.

Mills, H. C. Language Reform in China. *Far Eastern Quarterly*, v. 15, p. 517-540, 1956.

Morag, S. Planned and Unplanned Development in Modern Hebrew. *Lingua*, v. 8, p. 247-263, 1959.

Moscovici, J.; Bell, W. Cultural Unity and Diversity in New States. *Teachers College Record*, v. 66, p. 679-694, 1965.

Nahirny, V.; Fishman, J. A. American Immigrant Groups: ethnic identification and the problem of generations. *Sociological Review*, v. 13, p. 311-326, 1965.

- Paden, J. N. Language Problems of National Integration in Nigeria: the special position of Hausa. In: Fishman, J. A.; Ferguson, C. A.; Das Gupta, J. (eds.). *Language Problems of Developing Nations*. Nova Iorque: Wiley & Sons, 1968.
- Passin, H. Writer and Journalist in the Transitional Society. In: Pye, L. W. (org.). *Communications and Political Development*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1963.
- Pietrzyk, A. Problems in Language Planning: the case of Hindi. In: Varma, B. N. (org.). *Contemporary India*. Londres: Asia Publishing House, 1965.
- Ramos, M. *Language Policy in Certain Newly Independent States*. Paesay City, Filipinas: Philippine Center for Language Study, 1961.
- Ray, P. S. *Language Standardization: studies in prescriptive linguistics*. A Haia: Mouton, 1963.
- Read, A. W. The Splitting and Coalescing of Widespread Languages. In: *Proceedings of the IXth International Congress of Linguists*. A Haia: Mouton, 1964. p. 1129-1134.
- Rose, E.; et al. *Small Languages*. 3 v. Boulder, Colorado: Bureau of Sociological Research, University of Colorado, 1964-1966.
- Rustow, D. A. Language, Modernization and Nationhood; an attempt at typology. In: Fishman, J. A.; Ferguson, C. A.; Das Gupta, J. (eds.). *Language Problems of Developing Nations*. Nova Iorque: Wiley & Sons, 1968.
- Sacks, H. On Sociological Description. *Berkeley Journal of Sociology*, v. 8, p. 1-16, 1963.
- Savitz, L. *Unpublished Studies of the Language of Juvenile Delinquent Gangs*. Filadélfia, Pensilvânia.: Temple University, 1966.
- Schegloff, E. Sequencing in Conversational Openings. In: Garfinkel, H.; Sacks, H. (eds.). *Contributions in Ethnomethodology*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1968.
- Shuy, R. W. (org.). *Social Dialects and Language Learning*. Champaign: NCTE, 1965.
- Spencer, J. (org.). *Language in Africa*. Londres e Nova Iorque: Cambridge University Press, 1963.
- Stewart, W. A. *Non-standard Speech and the Teaching of English*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1964.
- Stewart, W. A. A. Sociolinguistic Factors Affecting English Teaching. In: Shuy, R. W. (org.). *Social Dialects and Language Learning*. Champaign: NCTE, 1965.
- Useem, J.; Useem, R. H. The Interfaces of a Bi-national Third Culture: a study of the American community in India. *Journal of Social Issues*, v. 23, n. 4, p. 130-143, 1967.
- Van Den Berghe, P. L. Language and 'Nationalism' in South Africa. In: Fishman, J. A.; Ferguson, C. A.; Das Gupta, J. (eds.). *Language Problems of Developing Nations*. Nova Iorque: Wiley & Sons, 1968.
- Weinreich, U. *Languages in Contact*. Nova Iorque: Linguistic Circle, 1953. 2. ed. A Haia: Mouton, 1963.
- Whitely, W. H. Language and Politics in East Africa. *Tanganyika Notes and Records*, v. 47-48, p. 159-173, setembro, 1957.
- Whitely, W. H. Ideal and Reality in National Language Policy: a case study from Tanzania. In: Fishman, J. A.; Ferguson, C. A.; Das Gupta, J. (eds.). *Language Problems of Developing Nations*. Nova Iorque: Wiley & Sons, 1968.

Wurm, S. A. Papua-New Guinea Nationhood: the problem of a national language. *Journal of the Papua and New Guinea Society*, v. 1, n.1, p. 7-19, 1966.

Zima, P. Hausa in West Africa: remarks on contemporary role and functions. In: Fishman, J. A.; Ferguson, C. A.; Das Gupta, J. (eds.). *Language Problems of Developing Nations*. Nova Iorque: Wiley & Sons, 1968.

\*Joshua A. Fishman foi professor pesquisador universitário de ciências sociais na Universidade Yeshiva em Nova York. Autor sênior de "Language Loyalty in the United States", Dr. Fishman é autor ou coautor de várias publicações sociolinguísticas e conduziu um projeto que buscava comparar diferentes abordagens para a medição e descrição do bilinguismo. Ele passou o ano seguinte da publicação deste artigo na Universidade do Havaí dedicando-se à pesquisa sobre os problemas linguísticos das nações em desenvolvimento.

Recebido em: 01/08/2024

Aceito em: 30/09/2024